



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR : TERCEIRA CÂMARA CÍVEL  
TIPO : AGRAVO DE INSTRUMENTO  
PROCESSO : 165425-7  
COMARCA : RECIFE - 26ª VARA CÍVEL  
AGRAVANTE(S) : POSTO BVM LTDA  
AGRAVADO(S) : VS NEGÓCIOS E PROJETOS LTDA  
RELATOR : SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

5218

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO -**  
**AÇÃO DE EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL -**  
**DECISÃO DE 1º GRAU QUE DETERMINOU O ARQUIVAMENTO**  
**PROVISÓRIO DA EXECUÇÃO, SEM DEFERIR O PEDIDO DO**  
**EXEQUENTE QUANTO À LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS**  
**DE PENHORA - COMO É CEDIÇO, O PODER JUDICIÁRIO**  
**NÃO PODE SER UTILIZADO COMO INSTRUMENTO PARA A**  
**LOCALIZAÇÃO DE BENS DOS EXECUTADOS, DESDE QUE NÃO**  
**TENHAM SIDO ESGOTADAS TODAS AS DILIGÊNCIAS NESSE**  
**SENTIDO POR PARTE DO EXEQUENTE - NO CASO EM TELA,**  
**VERIFICA-SE QUE O EXEQUENTE, DENTRO DE SUA**  
**POSSIBILIDADE, BUSCOU LOCALIZAR BENS DO DEVEDOR QUE**  
**PUDESSEM SER PENHORADOS, SEM, CONTUDO, LOGRAR**  
**ÊXITO, ADMITINDO-SE ASSIM A INTERVENÇÃO DO**  
**JUDICIÁRIO, A FIM DE QUE A EXECUÇÃO SE ULTIME, DE**  
**MODO A SATISFAZER O CRÉDITO EXEQUENDO,**  
**NOTADAMENTE QUANDO SE TRATAM DE REQUISIÇÕES A**  
**ÓRGÃOS PÚBLICOS QUE AS PARTES MOTU PRÓPRIO NÃO**  
**CONSEGUIRIAM QUALQUER INFORMAÇÃO -**  
**MODIFICAÇÃO DA DECISÃO QUE SE IMPÕE, NO SENTIDO DE**  
**SER DESARQUIVADO O PROCESSO, DEVENDO, AINDA, SER**  
**DEFERIDO O PLEITO QUANTO A INFORMAÇÕES SOBRE BENS**  
**DO EXECUTADO - À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE**  
**PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **AGRAVO DE INSTRUMENTO** nº **0165425-7**, interposto por **POSTO BVM LTDA** contra **VS NEGÓCIOS E PROJETOS LTDA**, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**, à unanimidade de votos, em **DAR PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO**, nos termos do voto do Relator e demais notas tequigráficas que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 13/05/2010.



Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR : TERCEIRA CÂMARA CÍVEL  
TIPO : AGRADO DE INSTRUMENTO  
PROCESSO : 165425-7  
COMARCA : RECIFE - 26ª VARA CÍVEL  
AGRAVANTE(S) : POSTO BVM LTDA  
AGRAVADO(S) : VS NEGÓCIOS E PROJETOS LTDA  
RELATOR : SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

R E L A T Ó R I O

**POSTO BVM LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos, por seu bastante procurador, interpôs o presente **AGRAVO DE INSTRUMENTO**, desafiando decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 21ª Vara Cível do Recife/PE, que em sede de Ação de Execução de Título Extrajudicial, tombada sob o nº 001.2006.020482-7, que move em desfavor de **VS NEGÓCIOS E PROJETOS LTDA**, determinou a suspensão provisória da execução, nos termos do art. 791, inciso III, do Código de Processo Civil.

Em síntese apertada, alega a Agravante que a decisão proferida pelo MM. Juiz "a quo" lhe traria sérios prejuízos, na medida em que a demanda ficaria paralisada, impossibilitando assim de serem adotadas as medidas legais cabíveis ao recebimento do crédito exeqüendo.

Aduz ainda a agravante, que o juiz de 1º grau deveria ter em mente a procura pela efetividade do processo de execução com a expedição de ofícios à Receita Federal e Detran, com o fito de encontrar bens do devedor, passíveis de penhora, e não beneficiá-lo com a suspensão do processo.

1612  
974

Ao final, esclarece que protocolou requerimentos perante a Receita Federal e Detran, entretanto, tais órgãos apenas apresentam informações sobre pessoa física ou jurídica diversa quando determinados judicialmente, ou seja, apenas seria possível encontrar tais bens com a expedição de tais ofícios através do Poder Judiciário competente.

Requeru fosse deferida a liminar recursal, com vistas a tornar sem efeito a decisão atacada.

Às fls. 82/83 dos autos, concedi o provimento liminar, determinando o prosseguimento da ação em seus ulteriores termos.

Não houve contra-minuta.

É o relatório.

**Inclua-se em pauta.**

Recife 6 de 5 de 2010.

  
**SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Des. Relator

162  
35  
1



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR : TERCEIRA CÂMARA CÍVEL  
TIPO : AGRAVO DE INSTRUMENTO  
PROCESSO : 165425-7  
COMARCA : RECIFE - 26ª VARA CÍVEL  
AGRAVANTE(S) : POSTO BVM LTDA  
AGRAVADO(S) : VS NEGÓCIOS E PROJETOS LTDA  
RELATOR : SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

**VOTO DO RELATOR**

Cuidam os presentes autos de Agravo de Instrumento, cuja discussão se assenta em decisão proferida pelo MM. Juiz "a quo" que determinou o arquivamento provisório da ação de execução, obstaculando assim o prosseguimento da demanda, no sentido de alcançar bens do executado.

Passando a examinar a decisão proferida pelo MM. Juiz "a quo", fica claro que o mesmo não visou arquivar a execução, mas, tão-somente sobrestá-la enquanto o credor não apresentava bens passíveis de expropriação.

Todavia, é imperativo observar que o exeqüente já havia diligenciado no sentido de conseguir localizar algum bem do devedor sem que tivesse logrado êxito, notadamente quando sabemos que a parte encontra dificuldades em obter essas informações *motu próprio*, daí porque o pedido feito ao Juízo, a fim de que fossem remetidos ofícios à Receita Federal, Detran, etc..., de modo a propiciar a localização de bens passíveis de penhora.

Como é cediço, esse tipo de informação, salvo algumas exceções, só é obtida por meio de solicitação judicial. O nossos julgados vem se pautando no sentido de

163  
36  
0

Por oportuno, trago à colação excertos jurisprudenciais da lavra do TJ/PE, que tratando de questões idênticas, assim se manifestou, *verbis* :

**CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDEFERIMENTO, PELA DECISÃO AGRAVADA, DE REQUERIMENTO PARA EXPEDIÇÃO DE «OFÍCIOS» COM VISTAS À LOCALIZAÇÃO DO EXECUTADO - IMPOSSIBILIDADE DE SE PRODIGALIZAR A QUEBRA DO SIGILO FISCAL, APENAS DEFERINDO-A QUANDO NÃO EXISTIR OUTRA SAÍDA PARA A LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR OU PARA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO EXEQUENDO - HIPÓTESE EM QUE SE FAZ NECESSÁRIO O ATENDIMENTO DO PLEITO, SOB PENA DE FRUSTRAÇÃO DA «EXECUÇÃO» - AGRAVO PROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS ( TJ/PE – 4ª Câmara Cível – Agravo de Instrumento de nº 125.217-3 – Rel. Des. Eloy d'Almeida Lins – j. 06.04.2006 ).**

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXPEDIÇÃO DE «OFÍCIOS» À RECEITA FEDERAL E BANCO CENTRAL - IMPOSSIBILIDADE DE OBSTÁCULO AO PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO DE «EXECUÇÃO» - DESPACHO REFORMADO -A EXPEDIÇÃO DE «OFÍCIOS» À Receita federal e ao Banco Central, visando serem encontrados bens do executado, com o objetivo de se buscar a satisfação de crédito, é prerrogativa a ser reconhecida ao credor. Agravo provido. Decisão por unanimidade. À unanimidade de votos, deu-se provimento ao Agravo de Instrumento. ( TJ/PE – 2ª Câmara Cível - Ag. Inst. nº 66.079-7 – Rel. Des. Santiago Reis – j. 30.09.2002 ).**

Diante de tais considerações, DOU PROVIMENTO ao presente Agravo de Instrumento, reformando a decisão de 1º grau, a fim de que a ação execução possa prosseguir em seus ulteriores termos, devendo, inclusive, serem concedidas as diligências judiciais necessárias à satisfação da execução.

É como voto.

Recife, 13 de 05 de 2010.

  
**SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Des. Relator